

Investimentos não virão do governo, diz Guardia

Flavia Lima

Esqueçam o setor público no processo de retomada de investimento. Foi esse o recado dado nesta segunda-feira (3) pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

“Não adianta falar que quer 2% do PIB em investimento. Não terá. Ponto. Tão simples quanto isso”, disse Guardia, ao ressaltar que o investimento virá do setor privado se a regulação for adequada.

O ministro participou do Fórum de Economia da FGV (Fundação Getulio Vargas), organizado pelo economista Luiz Carlos Bresser-Pereira.

A apresentação foi feita a uma plateia formada basicamente por economistas que defendem o investimento público como motor importante à retomada da economia. Para muitos deles, a rubrica deveria estar fora do teto de gastos.

Discordando dessa visão, Guardia disse que o Orçamento de 2019 prevê R\$ 14 bilhões para emendas obrigatórias, que poderiam ser realocadas.

“Por que elas não podem ser canalizadas para investimento? É essa discussão que temos de fazer

enquanto atravessamos esse processo difícil que vai durar vários anos.”

Guardia criticou também a ideia de usar as reservas internacionais para financiar investimentos — presente no programa de governo petista.

Para o ministro, o uso das reservas para investimento eleva a dívida pública — além de ser ilegal. “Vamos ficar no que é relevante e esquecer soluções simplistas, que agravam a situação”, disse.

As reservas somam hoje cerca de US\$ 380 bilhões.

Guardia disse que a ideia de que o cumprimento do teto está sendo feito à custa de investimento é equivocada.

“Se a gente olhar nos últimos três anos, o investimento feito pela União teve pequena queda, saindo de R\$ 33 bilhões para R\$ 27 bilhões previstos para o ano que vem. Se a gente somar capitalização de estatais tivemos até um pequeno aumento no período.”

Presente ao evento, o ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) Luciano Coutinho disse que, para alavancar

a economia, o investimento em infraestrutura, hoje ao redor de 1,5% do PIB, precisaria subir para 3% do PIB.

No entanto, ele lembrou que o BNDES reduziu sua capacidade de emprestar pela metade, o que dificulta esse cenário. A alternativa — o mercado de capitais — tem horizonte de curto prazo e não aceita projetos iniciados do zero.

Gabriel Galípolo, do Banco Fator, disse que, para o investimento, o país precisaria não de um teto, mas de um piso.

A ideia de que é preciso eleger prioridades sob o regime do teto — investimentos no lugar de reajuste para servidores — é politicamente inviável. “No fundo, o teto de gastos causa deterioração dos gastos públicos”, disse Galípolo.

O ex-ministro Nelson Barbosa defendeu que o teto deixe a Constituição e passe a ser definido pelos presidentes em início de mandato.

O governo Temer, disse ele, levou o gasto a 20% do PIB e vai entregá-lo nesse nível, mas reduziu a margem (para 19,3% do PIB) para o próximo presidente. “É como eu digo: o teto é tão bom que joga o ajuste sempre para o próximo.”

Servidores vão ao STF por reajuste

Duas associações já entraram com ação contra o adiamento do aumento e outras seis já se preparam para questionar a medida na Justiça

Lorena Rodrigues Eduardo Rodrigues/BRASÍLIA

Servidores públicos federais iniciaram ontem uma batalha jurídica contra o adiamento do reajuste salarial previsto para 2019. Depois de idas e vindas, o presidente Michel Temer editou uma medida provisória, publicada no "Diário Oficial" de sábado, que adia em um ano o aumento previsto para 209 mil funcionários civis da ativa e mais 163 mil aposentados. O governo espera economizar R\$ 4,7 bilhões com a medida.

Ontem mesmo, duas associações entraram com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o adiamento e outras seis já se preparam para questionar a medida judicialmente. Para dar mais peso aos recursos, sindicalistas também conversam com confederações e partidos políticos para que encabecem ações.

A Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP) foi a primeira a ingressar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a MP, seguida pela União Nacional

dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon). A primeira ação foi sorteada para ser apreciada pelo ministro Ricardo Lewandowski e a segunda, por Luiz Fux.

As associações argumentam, no entanto, que Lewandowski, responsável por dar liminar suspendendo o adiamento do reajuste de 2018 para 2019, seria o "magistrado natural" para julgar as novas ações por não ter colocado a liminar do ano passado para ser apreciada pelo plenário.

Em outra frente, os servidores já iniciaram o corpo a corpo com parlamentares para convencê-los a não apoiar a medida. Também estão sendo preparadas manifestações e não estão descartadas paralisações.

"Ingressamos imediatamente com nossa ação porque já há uma decisão do STF sobre matéria idêntica. Não faz sentido o governo insistir em algo que já foi rechaçado pelo STF", afirmou o presidente da (Unacon) e do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), Rudinei Marques.

A Unacon argumenta que, como a atual proposta de adiamento reproduz literalmente o texto da medida que foi barrada por Lewandowski, a impugnação

anterior deve ser automaticamente aplicada à nova MP.

"A conduta adotada pelo chefe do Poder Executivo, além de configurar nítido desrespeito à imperatividade das ordens judiciais, empresta total descrédito ao órgão de cúpula do Poder Judiciário, de modo que deve ser urgentemente revista", acrescentou o sindicato, na ação.

Marques destacou ainda que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019 enviado ao Parlamento mantém a previsão do reajuste. No entanto, conforme explicação do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, dada na semana passada, trata-se de uma preocupação, caso a MP não seja aprovada. "Foi uma medida de prudência, conservadorismo e cautela na elaboração do Orçamento. Caso a MP não seja aprovada, nós já enfrentamos a questão de preparar o orçamento compatível com essa realidade", explicou o ministro ao apresentar o Orçamento do ano que vem.

Ainda se preparam para entrar na Justiça associações que representam os delegados da Polícia Federal (ADPF), peritos criminais federais (APCF), auditores fiscais da Receita Federal (Anfip), servidores da carreira do Planejamento e do Orçamento (Assecor), servidores do





Ipea (Afipea) e analistas de comércio exterior (Aace). Juntas, representam 28.575 servidores.

Associações de funcionários de órgãos como Advocacia-Geral da União (AGU) e do Banco Central ainda avaliam os próximos passos, que também deverão incluir ações judiciais. A presidente da Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni), Márcia David, avalia que, em uma ano eleitoral e com poucos projetos avançando no Congresso, poucas também são as chances de a MP ser convertida em lei.

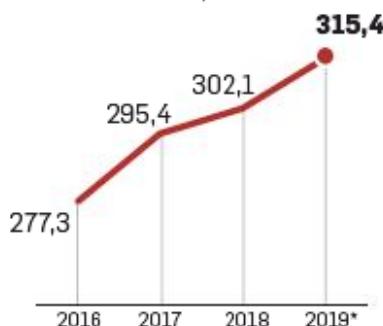
"Não acredito que a MP tenha chance de prosperar. Os fundamentos para rejeição são os mesmos da anterior. Seria inconstitucional e uma sinalização muito clara de descumprimento de acordo por parte do Estado brasileiro", completa o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Jordan Pereira. / COLABOROU AMANDA PUPO

FATURA MAIS CARA

● Despesa com folha de pagamento tem crescido acima da inflação e uma fatia maior dos tributos pagos pelos brasileiros banca salários de servidores

Custo com folha de pagamento

EM BILHÕES DE REAIS
EM VALORES DE JUNHO/2018

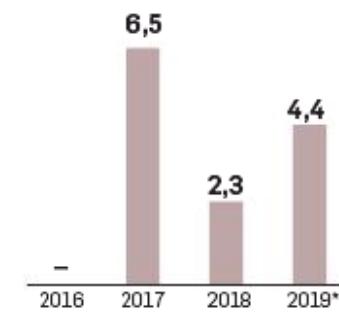


*SE REAJUSTE FOR CONCEDIDO

FONTE: TULLET PREBON

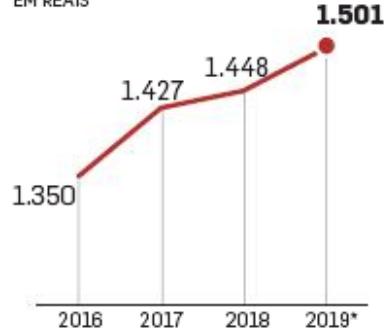
Alta real

Acima da inflação
EM PORCENTAGEM



Quanto cada brasileiro paga pela folha do funcionalismo

EM REAIS



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

CONJUNTURA »

Adiamento de reajuste é contestado no STF

Entidades sindicais apresentam ao tribunal ações diretas de inconstitucionalidade contra a medida provisória que transfere de 2019 para 2020 o pagamento da última parcela da correção salarial do funcionalismo

» VERA BATISTA

Servidores públicos federais iniciaram ontem uma batalha jurídica contra a Medida Provisória nº 849, de 30 de agosto, que adia de 2019 para 2020 o pagamento da última parcela do reajuste salarial do funcionalismo. Ontem, duas associações entraram com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o adiamento e outras seis já se preparam para questionar a medida judicialmente. A Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP) foi a primeira a ingressar com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a MP, seguida pela União Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon). A primeira ação foi sorteada para o ministro Ricardo Lewandowski e a segunda, para Luiz Fux.

No ano passado, medida semelhante apresentada pelo governo foi derrubada por Lewandowski. Segundo Rudinei Marques, presidente da Unacon, é uma sinalização de que os servidores sairão vitoriosos, porque já há decisão precedente sobre o assunto. Na Adin, a Unacon considera que os efeitos da MP nº 849 são lesivos aos servidores e pedem que eles sejam suspensos.

O reajuste salarial está previsto na Lei nº 13.327/16. Portanto, para a entidade, passaram a ser direitos adquiridos, não cabendo a alegação do governo de que tem como meta economizar R\$ 4,7 bilhões e ajustar as contas públicas. No ano passado, o plenário do STF, ao julgar uma ação semelhante dos servidores do estado do Tocantins, afirmou que o não pagamento do aumento representaria “sequestro de ativos financeiros e irredutibilidade dos salários”, por meio da perda do poder aquisitivo.

A Unacon Sindical lembrou que, em outubro do ano passado, o governo editou a MP nº 805/2017 que também postergava a última parcela do aumento. O Partido Socialismo e Liberdade (Psol) submeteu ao STF a Adin nº 5.809/DF, que teve Lewandowski como

relator. Em 18 de dezembro, o ministro manteve as datas originais dos reajustes. A entidade afirma que, na MP nº 849, o governo reproduziu o art. 8º da MP anterior. “A conduta adotada pelo chefe do Poder Executivo, além de configurar nítido desrespeito à imperatividade das ordens judiciais, empresta total descredito ao órgão de cúpula do Poder Judiciário, de modo que deve ser urgentemente revista”, afirma o texto da ADI.

Na última sexta-feira, ao divulgar o Projeto da Lei Orçamentária (Ploa) de 2019, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o do Planejamento, Eteves Colnago, observaram que as duas maiores despesas primárias do governo federal são gastos com Previdência, que representam 44% do total, e folha de pessoal, com 22%. Contando as demais despesas obrigatórias, que não podem ser cortadas, sobram apenas 7% para a União investir. Para a equipe econômica, se os gastos continuarem a crescer, o endividamento do Tesouro chegará a um patamar insustentável, com risco de descumprimento da regra de ouro, prevista do artigo 167 da Constituição, que proíbe o governo de se endividar para cobrir despesas correntes.